

Genro deixará Pasta da Justiça no dia 10 de fevereiro

Paulo de Tarso Lyra, de Brasília

O ministro da Justiça, Tarso Genro, acertou ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que deixará a Pasta no dia 10 de fevereiro para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul. O ministro é o primeiro dos 15 a deixar o cargo para concorrer nas eleições de outubro. O novo ministro da Justiça será anunciado no início da próxima semana. Dois nomes são cogitados: o do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP) e o do atual secretário-executivo do ministério, Luiz Paulo Barreto.

A eventual escolha de Cardozo representaria uma exceção. Lula já havia deixado claro que espera contar com os ministros atuais: e impôs a regra de designar os atuais secretários-executivos para concluir o governo em substituição aos ministros candidatos em outubro.

O **Valor** apurou que o perfil do Ministério da Justiça favorece a escolha de Cardozo. É uma Pasta com forte conteúdo político e interface constante com os tribunais, especialmente Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Procurador licenciado, Cardozo tem livre trânsito nos tribunais superiores. Além disso, tem perfil conciliador e dialoga bem com a oposição, características que podem diminuir os atritos em um ano eleitoral. Para completar, Cardozo ainda faz parte da mesma tendência partidária que Tarso Genro, a Mensagem ao Partido.

Após audiência com Lula ontem, o ministro da Justiça não quis manifestar preferência por qualquer dos nomes. "Convivi três anos com Barreto e sei da sua competência técnica; já Cardozo é um grande jurista e um deputado qualificado", comentou. "Caberá ao presidente Lula definir quem será o substituto; do meu ponto de vista, os dois são ótimos nomes", ressaltou o ministro.

Segundo um auxiliar do presidente, Lula, apesar das qualificações de Cardozo, pode optar pelo secretário-executivo para evitar uma crise desnecessária em uma Pasta tão importante para o governo. Uma exceção à regra no Ministério da Justiça poderia fazer com que Luiz Paulo Barreto pensasse estar desprestigiado e levá-lo a pedir para sair. "Não seria algo proveitoso nessa reta final de mandato", avaliou um ministro próximo ao presidente.

Genro levou ontem ao presidente Lula um balanço de todas as ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça, com a intenção de mostrar que não faria diferença ele se desincompatibilizar agora ou no prazo máximo estabelecido pela legislação eleitoral - a data limite é 3 de abril: "Tenho um sentimento de saudade misturado ao de dever cumprido; estou nesse governo há sete anos."

A primeira função exercida por ele foi presidir o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em 2003. Depois, Genro deixou o governo, retornando no início de 2004, para assumir o Ministério da Educação. Pediu nova licença, no auge da crise do mensalão, em 2005, para ocupar o cargo de presidente nacional do PT. Ocupou mais duas Pastas no Executivo após essa breve missão partidária: ministro da coordenação política e, por último, ministro da Justiça.

Tão logo deixe o governo, Genro começa a viajar pelo interior do Rio Grande do Sul. "É um Estado complexo e muito politizado. Mas o presidente estará comigo na campanha para nos ajudar a ganhar a eleição", declarou o ministro da Justiça.